

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

ROSANA ROCHA DA SILVA

**AGROECOLOGIA UM MOVIMENTO DE RE-ESISTÊNCIA PELA VIDA NO
NÚCLEO VALE DO RIO PARDE DA REDE ECOVIDA**

**Cachoeira do Sul
2017**

ROSANA ROCHA DA SILVA

**AGROECOLOGIA UM MOVIMENTO DE RE-ESISTÊNCIA PELA VIDA NO
NÚCLEO VALE DO RIO PARDE DA REDE ECOVIDA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Coelho de Souza

Co-orientadora: Tamara Raísa Bubanz Silva

Cachoeira do Sul

2017

ROSANA ROCHA DA SILVA

**AGROECOLOGIA UM MOVIMENTO DE RE-ESISTÊNCIA PELA VIDA NO
NÚCLEO VALE DO RIO PARDE DA REDE ECOVIDA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Gabriela Coelho de Souza – Orientadora UFRGS

Prof^a. Dra. Patricia Binkowski – UFRGS

Prof^a. Dra. Rumi Regina Kubo – UFRGS

Dedico essas escritas...

Ao meu companheiro que durante todo o curso dedicou horas de muito dialogo e discussões a cerca das problematizações que este trouxe, contribuindo para minhas reflexões, e por compreender as inúmeras noites dedicadas á trabalhos me fazendo ausente.

Á minha pequena filha que me acompanhou ao final desta etapa, em aulas, defesa de projeto e escrita, que dividiu atenções para que fosse possível concluir esta etapa.

AGRADECIMENTOS

Á meus pais Laura e Carlos por incentivar minhas escolhas, por me aproximar do campo.

Ao meu companheiro Diego pelo carinho, respeito e inspiração para seguir a trajetória do curso e por me convidar a viver a agroecologia na prática.

Á minha filha Maria Flor pela sua existência que me inspira a querer um mundo melhor.

Aos agricultores agroecologistas que possibilitaram que esta pesquisa fosse realizada e pela inspiração que passam ao falar em agroecologia.

Á equipe do Centro de Apoio e Promoção de Agroecologia que estiveram à disposição, que dialogaram inúmeras vezes para esta construção.

As Escolas Família Agrícola de Vale do Sol e de Santa Cruz do Sul, que me proporcionaram ver o campo com uma perspectiva de vida, de relação amorosa e respeitosa.

Aos meus colegas pelos inúmeros debates fervorosos, que contribuíram para minha aprendizagem e escolha do tema de minha pesquisa.

Pela dedicação da tutora presencial Diviane, pelo carinho, pelas contribuições e amizade.

Pela dedicação dos tutores á distância, em especial as tutoras Sarita, Carima e Tamara por se fazerem presentes e dedicadas em fases tão importantes do curso.

Á minha professora orientadora Gabriela pelas reflexões e identidade com a agroecologia.

Aos professores do Curso de Desenvolvimento Rural pela construção das disciplinas e materiais que contribuíram para grandes reflexões e aprendizagens.

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão*

Milton Nascimento

RESUMO

Este trabalho busca compreender a realidade dos agricultores agroecológicos que formam o Núcleo Regional Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida de Agroecologia – NRVRP. Fez-se um apanhado da Rede Ecovida de Agroecologia, bem como a trajetória de seu Núcleo Regional. Ao entender da realidade dos agricultores focou-se nos conflitos existentes entre o modelo de agricultura agroecologia e o modelo convencional. O trabalho tem por objetivo geral compreender os conflitos e as estratégias de resistência dos agricultores agroecológicos no território da agroecologia no Vale do Rio Pardo. E como objetivos específicos tem por caracterizar o surgimento do Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida, identificar os conflitos socioambientais existentes no cotidiano dos agricultores e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos agricultores agroecológicos. Para a realização deste trabalho foi utilizada como metodologia pesquisa á campo realizando entrevistas com agricultores e representantes de organizações e entidades que estão ligadas a agroecologia no território de pesquisa. O Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida surge com propósito de ser um espaço de discussão sobre a agroecologia entre agricultores. Os conflitos sociais enfrentados pelos agricultores agroecológicos passam por descrença de sua prática á isolamento os ambientais estão ligados diretamente a práticas agrícolas, como forma de resistência se encontram como grupo, enquanto rede. Ao final pode-se compreender que os agricultores agroecológicos resistem às práticas convencionais por acreditar na agroecologia, mesmo estando cercados pela produção convencional.

Palavras-chave: Campo. Conflitos socioambientais. Agroecologia. Rede Ecovida. Relações.

RESUMEN

Este trabajo busca comprender la realidad de los agricultores agroecológicos que forman el Núcleo Regional Vale do Rio Pardo de la Red Ecovida de Agroecología - NRVRP. Se hizo un recopilado de la Red Ecovida de Agroecología, así como la trayectoria de su Núcleo Regional. Al entender la realidad de los agricultores se enfocó en los conflictos existentes entre el modelo de agricultura agroecológica y el modelo convencional. El trabajo tiene por objetivo general comprender los conflictos y las estrategias de resistencia de los agricultores agroecológicos en el territorio de la agroecología en el Valle del Río Pardo. Y como objetivos específicos tiene por caracterizar el surgimiento del Núcleo Vale del Río Pardo de la Red Ecovida, identificar los conflictos socioambientales existentes en el cotidiano de los agricultores y las estrategias de resistencia desarrolladas por los agricultores agroecológicos. Para la realización de este trabajo se utilizó como metodología investigación al campo realizando entrevistas con agricultores y representantes de organizaciones y entidades que están vinculadas a la agroecología en el territorio de investigación. El Núcleo Vale del Río Pardo da Rede Ecovida surge con propósito de ser un espacio de discusión sobre la agroecología entre agricultores. Los conflictos sociales enfrentados por los agricultores agroecológicos pasan por la incredulidad de su práctica al aislamiento los ambientales están ligados directamente a prácticas agrícolas, como forma de resistencia se encuentran como grupo, en cuanto red. Al final se puede comprender que los agricultores agroecológicos resisten a las prácticas convencionales por creer en la agroecología, aun estando rodeados por la producción convencional.

Palabras clave: Campo. Conflictos socioambientales. Agroecología. Red Ecovida. Relaciones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plenária Rede Ecovida 2017	29
Figura 2: Organização e credibilidade na Rede Ecovida	30
Figura 3: Visita de Certificação em Unidade de Produção Agrícola do Núcleo	31
Figura 4: Encontro Ampliado da Rede Ecovida 2017.	31
Figura 6: Municípios que compõem o Núcleo Regional Vale do Rio Pardo.	36
Figura 7: Plenária Núcleo Regional Vale do Rio Pardo em 12 de abril de 2017	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Área plantada com orgânicos 2016	22
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPA	– Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
EFA	– Escola Família Agrícola
FETAG-RS	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPA	– Movimento dos Pequenos Agricultores
MSTR	– Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NEDET	– Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NRVRP	– Núcleo Regional Vale do Rio Pardo
ONG	– Organização Não Governamental
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PDTR	– Plano de Desenvolvimento Territorial Rural
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 AGROECOLOGIA	19
2.1 O Modelo de Produção Agroecológico	20
2.2 Crescimento na Produção de Alimentos sem Agrotóxicos	22
2.3 Conflitos Entre Diferentes Modelos	23
3 A METODOLOGIA DE PESQUISA	25
3.1 A pesquisa no Território da Rede Ecovida.....	25
4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AGROECOLÓGICA DOS AGRICULTORES NO VALE DO RIO PARDO	28
4.1 Contextualização do Território da Rede Ecovida	28
4.2 O Surgimento do Núcleo Vale Do Rio Pardo da Rede Ecovida	32
4.2.1 Contribuição do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) ..	33
4.2.2 Caracterização do Núcleo Vale do Rio Pardo	35
4.3 A relação do Núcleo Vale do Rio Pardo e os Territórios Rurais Vale do Rio Pardo, Região Central e Vale do Taquari	37
5 OS CONFLITOS ENTRE MODELOS PRESENTES NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES NO TERRITÓRIO	42
6 ESTRATÉGIAS DE RE-ESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS NOS TERRITÓRIOS DA AGROECOLOGIA	50
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	58
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA TERRITÓRIOS	60
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CAPA.....	61
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO	62

1 INTRODUÇÃO

Ao se fazer uma mudança não se tem a dimensão de quanto essa ação pode gerar reações, assim a saída de minha família da região metropolitana para a zona rural de uma pequena cidade do interior do estado me proporcionou viver uma infância tendo o contato com a terra. Minha família assim como outras da região vivia a partir do que produzia, seja com os alimentos para a subsistência, ou no tabaco para a comercialização. Essa vivência foi o início de uma valorização que criei pelo campo.

O campo é um espaço com uma paisagem muito bela tendo um bucolismo tranqüilizador, mas também é um espaço de exploração do trabalho dos agricultores. Minha família, agricultores familiares que tinham como fonte de renda a produção de tabaco, este cultivo ligado à cadeia integrada do insumo à comercialização, tornaram meus pais, assim como outros agricultores familiares, presos a uma empresa fumageira.

Essa dependência que o sistema integrado cria transforma o bucolismo do campo em um espaço de trabalho penoso, vive-se ano pós ano, safra pós safra, para pagar os custos de produção (inclusive os juros) e investimentos necessários, recebendo “migalhas” pelo trabalho realizado. A realidade descrita obriga famílias a colocar seus filhos menores para auxiliar no trabalho para que o valor do trabalho familiar possa cobrir o baixo custo de vida desses agricultores familiares. Cresci vendo meus pais cansados, doentes e decepcionados a cada final de safra, este cenário não é convidativo para uma jovem permanecer no meio rural.

Como muitas meninas do meio rural não vendo oportunidade para permanecer na atividade agrícola também são incentivadas pelos pais e pela escola a sair do campo para trabalhar.

Antes de retornar a atividade agrícola, em outra condição e com outra proposta atuei em dois movimentos do campo, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) no Rio Grande do Sul por seis anos e também no movimento de educação do campo em uma Escola Família Agrícola. Estes me proporcionaram um mergulho em “campos diferentes”.

Durante o trabalho no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul (MSTR) pode-se acompanhar e vivenciar a agricultura familiar que está presa a empresas fumageiras multinacionais e dependentes de um sistema

consumista/capitalista, onde este campo, pelos enlaços do capitalismo, torna o agricultor escravo do mercado fornecedor, a integração o obriga a adquirir determinados produtos, e as políticas públicas, da mesma forma, torna o agricultor escravo, neste período mantive vivenciando o mesmo campo que passei minha infância, não encontrando um movimento de mudança deste cenário.

Ainda no MSTR conheci o movimento de educação do campo com a Escola Família Agrícola, este movimento me encantava com a liderança dos jovens estudantes, com a convicção e carinho que falavam do campo, com suas falas demonstravam enxergar um meio rural que até então me era desconhecido, a relação com este era de muito carinho, mas o via também como um lugar sofrido.

Com a oportunidade de trabalhar na Escola Família Agrícola de Vale do Sol em seu primeiro ano de funcionamento, foi possível conhecer um campo diferente, um lugar que não precisa ser sofrido. A aprendizagem construída nas Escolas Família Agrícola abrem horizontes no que diz respeito a sociedade e principalmente ao campo.

[...] acerca de aprendizagem, falando de um reconhecer-se como homem e mulher do campo. Um campo de relações, de vivências e de convivências e não apenas de produção, mas de significações em que o vínculo entre a produção e o viver são inseparáveis e precisam, portanto, apresentar-se com qualidade e sustentabilidade (VERGUTZ, 2013, p. 140).

Estes novos horizontes fortaleceram o pertencimento ao campo, a conexão a ambientes vivos e de movimento. Neste período foi também o primeiro ano do curso de Desenvolvimento Rural no qual se somou a esta desconstrução/construção do olhar sobre o campo.

Após estes aprendizados foi possível retornar ao campo com uma nova proposta de vida, com uma relação viva com o espaço, sem aprisionamento a algum sistema agrícola e com abertura para continuar o aprendizado com o ambiente. Esta nova vivência fez com que fosse despertado o olhar e reflexões de como o ser humano se relaciona com o campo como vida e produção e como estas condições mudam também as relações com a sociedade.

Por conta destas diversas facetas que há no campo as transformações e relações, que se tem interesse de pesquisar e problematizar as relações dos sujeitos do campo vinculados a sua forma de viver e também produzir.

Após estas vivências e aprendizados, foi possível ter uma relação de compreensão com o meio rural e suas adversidades, na qual em 2015 inicia-se a

mudança para este novo modo de relacionar-se com o todo, com a vida, com a sociedade, com o meio rural e sua diversidade biológica e com a produção de alimentos de forma agroecológica.

É um ganho imensurável se permitir observar o ambiente em que se encontra e as diversas vidas que passam despercebidas em um cotidiano frenético, trabalhar, viver em e com agroecologia é belo e ao mesmo tempo complexo a vida não é fácil, mas é possível e só não é fácil porque os seres humanos a tornaram difícil, é um processo de recuperar, de devolver vida a terra que tanto se doou mesmo sendo explorada, é um processo que vai ao ritmo do coração e não de uma máquina como disse um amigo agricultor em uma visita e é neste ritmo o da vida que é possível e necessário fazer agroecologia.

A cada ano vemos o aumento na divulgação do agronegócio, este colocado como a “locomotiva” do país, paralelo a isto a agroecologia vem tentando crescer em meio a um ambiente hostil, onde agricultores são oprimidos e precisam se defender dos monocultivos opressores. Dentro deste contexto a pesquisa deve abordar as relações sociais e ambientais entre os atores do campo que protagonizam tais conflitos.

Este tema se faz de suma importância para dialogar sobre o desenvolvimento rural. Não há desenvolvimento sem sujeitos e estes precisam ser o ponto de partida para a discussão, que inclui atores, espaço, cultura e economia, e a análise deste conjunto pode, então, abordar o desenvolvimento rural de forma ampla.

Segundo Santos (2001), os movimentos da agroecologia, que incluem agricultores, ONG's e outros, percebendo que a modernização da agricultura expunha parte significativa dos agricultores a margem do que estava proposto, em união, criaram uma rede de agroecologia, a Rede Ecovida, com o intuito de formar e fortalecer laços entre agricultores e entidades que compreendiam que a agroecologia e a agricultura orgânica precisavam de fortalecimento, assim tornou-se um processo de resistência à modernização da agricultura. Esta tomou significativa proporção e atua em Núcleos nos três estados do Sul, desde o final dos anos 90 até hoje.

Esta pesquisa tem por motivação ressaltar os conflitos socioambientais atualmente vivenciados por sujeitos do campo no território da agroecologia. Este território foi delimitado pela região de abrangência do Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida no estado do Rio Grande do Sul. Este território geograficamente não

é composto por divisões territoriais delimitados por regionalizações do Estado, e sim uma divisão geográfica dada a partir da identidade de agricultores familiares que vivem a agroecologia.

O presente trabalho, a partir da perspectiva de interação entre ambiente e sociedade, tem por objetivo geral compreender os conflitos e as estratégias de resistência dos agricultores agroecológicos no território da agroecologia no Vale do Rio Pardo.

Os objetivos específicos centram-se em caracterizar o surgimento do Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida, identificar os conflitos socioambientais existentes no cotidiano dos agricultores e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos agricultores agroecológicos.

Este trabalho está organizado em sete capítulos, dos quais o primeiro é a introdução. O segundo capítulo aborda a agroecologia, seu modo de produção, o crescimento da produção orgânica e os conflitos entre os modelos de produção. O terceiro trata da Rede Ecovida de Agroecologia e a forma em que se desenvolveu a pesquisa. O quarto apresenta a construção da identidade agroecológica dos agricultores no Vale do Rio Pardo, ressaltando o surgimento do Núcleo e a relação deste com os Territórios Rurais e da Cidadania. O quinto capítulo aborda os conflitos entre modelos presentes no cotidiano dos agricultores no território. As estratégias de pré-existência encontradas pelos agricultores formam o sexto capítulo e por fim, como sétimo as considerações finais.

2 AGROECOLOGIA

A agroecologia se encontra em alto debate na sociedade, aparentemente como um tema recente, mas já se “fazia” agroecologia com os povos tradicionais antes da interferência social dos “sujeitos civilizados”, em um processo natural de convivência e respeito com a natureza.

O que vem ocorrendo em ritmo crescente é a apropriação do termo da agroecologia pelo capital, onde há substituição de insumos químicos por orgânicos, na busca por um nicho de mercado. Essa adaptação fornece alimento sem químicos que prejudicam a saúde, mas não consegue desenvolver junto todos os laços e enlaços sociais, ambientais e culturais que a agroecologia faz.

A agroecologia por sua vez é um “campo” complexo, Caporal, Costabeber e Paulus (2009) escreveram sobre está complexidade no texto *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Os autores supracitados colocam a agroecologia como uma ciência complexa, sistêmica e holística.

Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística. (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009 p. 18 e 19).

Ainda nesta abordagem e texto os autores referenciam Sevilla Guzmán e Ottmann (2004), onde trazem como elementos centrais da Agroecologia três dimensões: ecológica e técnico-agronômica, socioeconômica e cultural e sócio-política. Estas dimensões serão percebidas no decorrer do trabalho a partir da pesquisa a campo com agricultores que vivem está complexidade de fazer a agricultura e mais do que isto, vivem na busca do amplo e harmônico compartilhar da vida em natureza e as estratégias de resistência.

Esta relação homem e natureza são dialogadas por Caporal e Costabeber, 2004 no texto *Agroecologia: alguns conceitos e princípios* refletindo acerca dos processos sociais, culturais, econômicos e ecológicos que envolvem a agroecologia:

Por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas

atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. Como se pode perceber, os três níveis da transição agroecológica, propostos por Gliessman, afastam, ainda mais, a idéia equivocada de Agroecologia como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola, por mais bondosa que esta possa ser. Além disso, estas breves considerações dão a dimensão exata da complexidade dos processos socioculturais, econômicos e ecológicos envolvidos e reforçam a natureza científica da Agroecologia, bem como o seu status de enfoque ou campo de conhecimento científico, multidisciplinar e orientado pelo desafiante objetivo de construção de estilos de agriculturas sustentáveis, no médio e longo prazo. O que se está tentando dizer é que, como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, pode-se alcançar estilos de agriculturas de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável. (CAPORAL e COSTABEBER. p. 12, 2004).

Esta intervenção humana colocada pelos autores e esta relação de respeito está interligada, pois em qualquer tipo de agricultura e sobrevivência humana há intervenção, mas ela pode ser respeitosa garantindo a sobrevivência de ambas.

Na agroecologia é possível encontrar ciência, técnica e principalmente saber popular, pois dentre as discussões e dimensões está a cultura, esta é particularmente indivíduo e ambiente a partir de percepções, saberes construídos ao longo do tempo e passado por gerações. Diálogos e conceitos acerca desta temática se fizeram necessários após novas formas de se relacionar com o ambiente, estes oriundos de um processo de demarcação territorial e capitalista que no decorrer do tempo ganhou ênfase com a Revolução Verde¹, causando diversos conflitos sociais e ambientais.

2.1 O Modelo de Produção Agroecológico

A agroecologia como conceito e modelo de produção é um tema recente em discussão na sociedade brasileira e na prática é um desconstruir do modelo hoje convencional e de resgate da sabedoria popular. Como já referenciado a agroecologia não é apenas um modelo de agricultura e sim uma filosofia de vida.

¹ Revolução Verde se baseia em um modelo que intensificou a utilização de sementes geneticamente melhoradas, insumos industriais e mecanização agrícola, teve início com forte ação no Brasil durante as décadas de 60 e 70, e se mantém até hoje. Este modelo trouxe aumento produtivo, acompanhado de forte êxodo rural e do descuido com o ambiente.

Uma filosofia que se praticava de forma natural que até então era considerado convencional antes da II Guerra Mundial, antes de existir um modelo padronizado de produzir, construído pelo mercado de máquinas e insumos. Atualmente passa-se por um processo de resgate e não de inovação de uma agricultura moderna Caporal, Costabeber, Paulus, (2009) fazem esta reflexão colocando que não é uma nova revolução:

Portanto, ao não se tratar de uma nova revolução, no enfoque agroecológico passa a ser central o conceito de transição e esta não é apenas e simplesmente buscar a substituição de insumos ou a diminuição do uso de agrotóxicos, mas de um processo capaz de implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de manejo dos agroecossistemas. Isto é, buscar a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas, que já se mostrou excludente e sócio-ambientalmente inadequado (ou outras formas de agricultura sócio-ambientalmente insustentáveis), por formas mais modernas de agriculturas (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009 p. 24).

A produção agroecológica acontece de forma diferente em cada espaço, com cada indivíduo, pois os sujeitos que praticam agricultura com agroecologia respeitam princípios como observar o ambiente, perceber o espaço, trabalhar com culturas adaptadas ao local, preservar sementes, fazer controles biológicos.

É uma agricultura respeitosa com ambiente e com todos os seres que o habitam, é uma infinidade de saberes partilhados. Caporal, Costabeber e Paulus (2009) ainda trazem reflexões de outros autores para compreender esta relação:

Segundo Gliessman (2000), as agriculturas mais sustentáveis, sob o ponto de vista agroecológico, são aquelas que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, sejam capazes de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção, a longo prazo, da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação (Gliessman, 1990). Para Altieri (2002), a expressão agricultura sustentável se refere à “busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que requer a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico. (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009 p. 28 & 29 apud Gliessman, 2000).

Este modelo de produção almeja preservar a saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações (GLIESSMAN, 2000).

A análise desse capítulo trouxe reflexões acerca da agroecologia, que como já foi colocado vai além de um modelo de produção, pois considera todo o ambiente a sua volta, as pessoas com sua cultura e relações.

Fora desse contexto há um movimento crescente em produção orgânica, que não necessariamente leva em consideração os aspectos citados da agroecologia. A produção orgânica substitui o uso de produtos químicos (adubos sintéticos e agrotóxicos) por insumos de base orgânica (compostos orgânicos, caldas e produtos de controle biológico). Assim é importante diferenciar a agroecologia da produção orgânica compreendendo que a primeira é muito mais ampla que a segunda, conforme discutido a seguir.

2.2 Crescimento na Produção de Alimentos sem Agrotóxicos

A apropriação do mercado pelos orgânicos cresce a cada ano, é um movimento interessante para os agricultores, afinal a demanda vem sendo maior que oferta, o que pode justificar os altos valores vinculados à produção orgânica, mas pode ser perigosa, pois o mercado fornecedor também está vendo com “bons olhos” esse crescimento e vem criando produtos para novamente deixar os agricultores dependentes. Conforme o quadro um abaixo a área de orgânicos no mundo em 2016 era de 42 milhões de hectares, e demonstra também países que vem capitaneando esse movimento crescente, o Brasil aparece na quinta colocação, com 940 mil hectares, o que parece ser uma grande expressão, mas significa apenas 0,39% das suas 240 milhões de hectares cultivadas.

Área plantada com orgânicos 2016		
	Mundo	42 milhões de hectares
1º	Austrália	17,2 milhões de hectares
2º	União Européia	11,4 milhões de hectares
3º	Argentina	3,1 milhões de hectares
4º	Estados Unidos	2,2 milhões de hectares
5º	Brasil	940 mil hectares

Quadro 1: Área plantada com orgânicos 2016
Fonte: Adaptado de Agronomic Consulting

Os aparentes significativos números mundiais de 42 milhões de hectares, podem ser compreendidos como um pequeno espaço, pois se comparar esta área mundial ao que o Brasil utiliza para sua agricultura é pequena, visto que ocuparia cerca de 17,5 % desta.

Segundo Daniel Dias (2010) o setor de orgânico vem aumentando, no mundo teve um crescimento médio ao ano de 4,5% entre 2011 e 2015, no Brasil no mesmo período o crescimento foi de 30%, o segundo país que mais cresceu foi o Japão com 13% o que demonstra a forte disparada dos orgânicos no país. Esse crescimento de 30% ao ano na produção de orgânicos ocorreu paralelo às adequações realizadas na legislação que regulamenta os orgânicos no Brasil, essa se adequou a padrões da União Européia.

Essa relação não deve ter ocorrido por acaso, demonstrando que a demanda da exportação abriu mercados para o orgânico brasileiro. Tais informações podem ser vistas a partir da ótica econômica como um grande sucesso para o seguimento. A partir de outro ponto, levando em consideração aspectos que vai além dos econômicos, o que cresce, segundo os dados anteriores, é a produção orgânica que vem envolvida por pacotes tecnológicos e que busca a exportação, e que deixa de lado outros aspectos que prevalecem na agroecologia, como as cadeias curtas, valorização de produtos e resíduos da Unidade de Produção Agrícola, mínima queima de combustível fóssil.

O que gera dúvida em relação aos conflitos ambientais e os dados citados é se este modelo agroexportador de orgânico gera conflito, ou se os conflitos ocorrem apenas com os agricultores agroecológicos que vêm a sua produção além da produtividade.

2.3 Conflitos Entre Diferentes Modelos

As relações sociais no campo brasileiro sempre foram marcadas por conflitos territoriais, estes têm base em relações de poder e capital. Conflitos sociais e ambientais, fazem parte da história do Brasil desde “a dita descoberta”, onde iniciou a ocupação de uma terra já ocupada pelos povos tradicionais, os processos de novas ocupações, as sesmarias, a imigração, a privatização das terras e a estruturação da agricultura.

Segundo Schneider e Cassol (2013), o processo de privatização das terras pela Lei de Terras em 1850, foi responsável pelo modelo de economia no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial com o processo de modernização da agricultura,

revolução verde, se acentua os conflitos no meio rural, que refletem até os dias atuais.

Para Santos (2014) os conflitos ocorrem a partir de posições diferentes sobre uma determinada questão, estas posições estão relacionadas com a identidade dos sujeitos como Gloria Maria Vargas em seu artigo *Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico* em 2007 afirma:

Há diferentes formas como os recursos naturais são usados pelos grupos sociais. A terra, a água e as florestas não são apenas recursos materiais sobre os quais há concorrência, mas parte de uma forma de vida (de pescador, de agricultor, de pecuarista), de uma identidade étnica e/ou de papéis sociais. Esta dimensão é simbólica e se presta para que se explicitem lutas ao redor dos recursos naturais em termos sociais, ideológicos e políticos. (VARGAS, 2007. p.9).

O que Vargas coloca nesta citação é a grande questão dos conflitos entre os diferentes modelos de agricultura, parte de uma forma de vida de relação com o indivíduo e com o espaço. Hoje é possível vivenciar diversas formas de agriculturas e estas se chocam em um processo natural de ideologias divergentes, o modelo que busca preservar, que respeita os espaços como vida, saúde, vive em constante conflito com a agricultura que busca lucrar por meio de exploração do espaço, por ser ideológico.

E muito além de ser só ideologia a própria construção por uma agricultura respeitosa com o espaço choca-se com outro modelo quando é contaminada por manejos desta outra forma de ser e fazer. A agricultura explorativa contamina, solos, água, mata a biodiversidade que é justamente preservada, os interesses se chocam, e neste processo há uma luta de resistência.

3 A METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 A pesquisa no Território da Rede Ecovida

Para a elaboração da presente pesquisa, foram seguidos métodos que possibilitaram consolidar os objetivos desta. Para tanto a pesquisa foi descritiva de natureza exploratória gerando assim conhecimentos para uma maior compreensão dos conflitos sociais e ambientais enfrentados pelos agricultores agroecologistas no território do Núcleo Vale do Rio Pardo/Rede Ecovida. A construção do estudo se deu de forma qualitativa considerando as relações entre o território e o sujeito de forma descritiva, para assim compreender os momentos históricos dos conflitos.

A coleta de dados teve como recorte espacial a área de abrangência do Núcleo Vale do Rio Pardo/Rede Ecovida, definido aqui como Território de Agroecologia. Fernandes no artigo *“Os Campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais”*, dialoga acerca desta compreensão de que território vai além de um espaço geográfico e se tratando do campo este é ainda mais intenso e nos ajuda a perceber a complexidade do campo e o espaço pesquisado:

Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. A partir dessa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (FERNANDES, 2006. p.28-29,).

Os agricultores que formam o Núcleo se unem entorno da agroecologia, buscando em comum a certificação, espaços de comercialização, fornecedores de insumos, soluções para os problemas enfrentados e principalmente fortalecimento enquanto grupo.

Tratou-se brevemente sobre a relação do Núcleo com os Territórios Rurais e da Cidadania, que são colegiados de representantes de entidades civis e públicas

que se reúnem e discutem a implementação de políticas públicas, bem como o aporte financeiro do governo federal em seu território, estes foram abordados pela importância que se fazem ao direcionar políticas públicas para o meio rural.

A partir da compreensão que o Núcleo Vale do Rio Pardo atua em três Territórios sendo dois Rurais, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari e um Território da Cidadania Região Central, e que estes espaços têm relevância na construção de Políticas Públicas entrevistou-se uma pessoa em cada território na busca das ações que os Territórios realizam no fortalecimento da Agroecologia. Os entrevistados foram escolhidos conforme sua atuação, protagonismo e liderança nestes fóruns.

Para, então, compreender o surgimento do Núcleo e dos conflitos sociais existentes foram realizadas entrevistas mantendo-se contato constante com integrantes do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), pois estes são agentes de mediação entre CAPA, Núcleo da Rede Ecovida e agricultores.

Na tentativa de trazer para o debate os mais diversos conflitos socioambientais existentes no cotidiano dos agricultores que formam o Núcleo Regional Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida de Agroecologia – NRVRP entrevistou-se de 18 de outubro de 2017 a 09 de novembro de 2017 agricultores de cinco municípios distintos².

Com auxílio de um roteiro (APÊNDICE A) previamente elaborado para as entrevistas buscou caracterizar as famílias, as unidades de produção agrícola, a relação com o Núcleo, o conhecimento e utilização de políticas públicas para a agroecologia. Foram entrevistadas cinco famílias

A amostra contou com cinco famílias de agricultores agroecológicos do Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida, sendo uma em cada município, dois técnicos do CAPA e uma liderança em cada Território Rural e da Cidadania totalizando três. Esta amostra foi escolhida por representar o Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida em termos da diversidade dos municípios, produção e características das famílias.

No texto, irá se utilizar da lógica empregada nos questionário, onde primeiramente irá se discorrer sobre o formato dessas famílias; o segundo momento se fará o relato das unidades de produção agrícolas e os manejos nela realizados, bem como suas relações com a comunidade; por último uma sistematização dos

² Municípios de Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Dona Francisca, Rio Pardo e Venâncio Aires

conhecimentos a cerca das políticas publicas que podem contribuir com a agroecologia, e a aproximação das famílias a estas, as falas dos entrevistados foram trazidas em itálico a fim de facilitar a compreensão. Seguindo os aspectos éticos, os entrevistados assinaram termos de consentimento (APÊNDICE C).

Foram cinco famílias entrevistadas a menor é composta por duas pessoas e a maior por sete, no total são 24 pessoas sendo 10 do sexo feminino e 14 masculino que residem nas unidades de produção agrícola.

Na busca de compreender sobre os conflitos sociais e ambientais enfrentados pelos agricultores agroecologistas tentou-se abranger as diferentes paisagens e realidades do Núcleo, em um total de 11 municípios, foram entrevistados agricultores de cinco municípios, a saber: Dona Francisca, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Venâncio Aires. Estes com certificação orgânica de sua Unidade de Produção Agrícola (UPA) por meio do Núcleo Vale do Rio Pardo/Rede Ecovida.

Os dados foram analisados a partir da interação dos diversos materiais consolidados, buscando atender os objetivos da pesquisa. De forma a assegurar a integridade dos entrevistados, no texto são apresentadas citações sem a identificação dos atores.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AGROECOLÓGICA DOS AGRICULTORES NO VALE DO RIO PARDO

4.1 Contextualização do Território da Rede Ecovida

O meio rural em suas relações humanas e de produção obtiveram uma grande mudança de cenário com a revolução verde, descaracterizando o protagonismo dos agricultores seus saberes culturais e locais. Mas paralelo a este processo de mudança teve agricultores que resistiram, que mantiveram seu conhecimento passado por gerações, que continuaram a reproduzir seu modo de vida, a reproduzir sementes adaptadas ao local, ao clima, que foram guardadas e multiplicadas por gerações.

Estes agricultores articulados formaram grupos, ONG's em prol da resistência de seu modo de relacionar-se com o ambiente, com a produção e com os sujeitos que adquiriam essa produção, neste período a produção que não seguia os pacotes tecnológicos ofertados a partir da revolução verde era chamada de produção alternativa e com o decorrer do tempo e estudos ganhou o nome de agroecologia.

Em 1994 iniciou o debate acerca da certificação orgânica no Brasil pelo Ministério da Agricultura pretendendo normatizar a produção, comercialização e certificação dos alimentos orgânicos, as resistências formadas por estes agricultores e ONG's no Sul do Brasil foram contra a este processo que não dialogava com os princípios da agroecologia como Santos retrata.

Desta discussão, duas grandes correntes se cristalizaram, colocando de um lado, aquelas instituições que seguiam o modelo proposto pela IFOAM7, que propõe a presença de uma instituição certificadora externa e um 'inspetor' desconectado da produção, comercialização e do consumo, ou seja, pretensamente 'neutro' para atestar a qualidade orgânica. De outro lado estavam as ONG's e organizações populares – futuros membros da Rede – que defendiam um sistema solidário de geração de credibilidade para os produtos orgânicos, um sistema de rede que pudesse articular agricultor e consumidor em um processo de certificação participativa, o que em síntese representava o modelo defendido e praticado por centenas de grupos de agricultores e consumidores ecologistas do Sul do Brasil, que desde sempre dispensaram o 'fiscal/inspetor'. (SANTOS, L. C. R, p. 2. 2001).

Após estes debates, em 1999, o Ministério da Agricultura trata do que se refere à certificação orgânica colocando que a mesma passa a ser um processo mais adequado as realidades locais desde que atendam as exigências legais.

Neste mesmo período no Estado de Santa Catarina estava acontecendo uma movimentação forte para a fundação de um comitê de certificação no estado, sem que houvesse qualquer dialogo com as organizações que construíam o processo de agroecologia no estado. A partir deste fato agricultores e demais organizações de agroecologia passaram a por em prática a idéia da constituição de uma rede de certificação participativa.

Entre 1998 e 2000 as organizações de agroecologia de Santa Catarina em conjunto com organizações dos demais estados do Sul do Brasil iniciaram a formulação dos documentos do funcionamento da Rede Ecovida e do processo de certificação participativa proposta pela mesma.

Da forma com que foi constituída, consolidada a Rede Ecovida por agricultores, ONG's e demais organizações agroecológicas que se mantêm até os dias atuais, esta identidade a partir dos sujeitos e dos locais onde estão inseridos.

Em levantamento realizado na última Plenária da Rede Ecovida de Agroecologia (Outubro 2017), consta com 27 Núcleos regionais e três pré-Núcleo³, cerca de 352 municípios, em torno de 407 grupos de agricultores envolvendo cerca de 4.500 famílias e 20 ONG's nos estado do Sul do Brasil.



Figura 1: Plenária Rede Ecovida 2017

Fonte: Acervo de Agricultor do Núcleo

Com a construção da certificação participativa a Rede Ecovida cria uma entidade jurídica para estar apta a realizar as avaliações de conformidades

³ Pré-núcleo é o período que um novo Núcleo passa até ser constituído. O pré-núcleo é formado em um Encontro Ampliado e é confirmado como núcleo no Encontro Ampliado seguinte.

orgânicas, assim em 16 de fevereiro de 2001 é criada a Associação Ecovida de Certificação Participativa. O Parágrafo 1º do Art.1º do estatuto da associação diz que “A associação tem caráter organizacional e educacional, sem cunho partidário, com finalidade independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa”.

Percebe-se que a criação desta associação ocorre para cumprir requisitos legais a cerca da certificação e que seu funcionamento ocorre a partir das construções e deliberações da a Rede Ecovida, no do estatuto da associação isso fica claro.

A denominação Associação Ecovida de Certificação Participativa é decorrente da Rede Ecovida de Agroecologia e deve se orientar pelas Plenárias de Núcleos e pelos Encontros Ampliados da Rede Ecovida. (Estatuto Associação Rede Ecovida Parágrafo 2º do Art.1º)

O funcionamento da Rede é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com a tarefa de animação e gestão. A soma dos diferentes Núcleos (nos estados do RS, SC e PR) formam a Rede Ecovida de Agroecologia. Da mesma forma que o Núcleo, há na Rede uma coordenação composta por representantes dos estados que além da função animadora, também possui uma função organizativa.



Figura 2: Organização e credibilidade na Rede Ecovida

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Rede Ecovida disponível em: <<http://www.ecovida.org.br>>

A Rede é composta pelos seus Núcleos, e cada um é formado por grupos de agricultores e consumidores. Para compor as plenárias do Núcleo, que no Núcleo

Vale do Rio Pardo ocorre a cada dois meses, os grupos indicam um representante e um suplente, estes agricultores além de representarem os grupos no Núcleo formam as Comissões de Verificação de Conformidade Orgânica, que realizam as visitas de certificação.



Figura 3: Visita de Certificação em Unidade de Produção Agrícola do Núcleo

Fonte: Acervo de Agricultor do Núcleo

Para que a construção da rede seja horizontal há espaços de debates e construção.

Cada uma dessas esferas possui fóruns específicos para deliberação e tomadas de decisões, sendo eles: Reuniões dos grupos, plenárias de Núcleos, plenárias estaduais, plenária geral e Encontro Ampliado (espaço maior de encontro dos membros da Rede e que se realiza a cada 2 anos). (REDE ECOVIDA Disponível em: <http://www.ecovida.org.br>)



Figura 4: Encontro Ampliado da Rede Ecovida 2017.

Fonte: Acervo de Agricultor do Núcleo

Segundo Estatuto da Rede Ecovida sua missão é garantir a identidade popular desenvolvendo e multiplicando as iniciativas agroecológicas, propiciando aos agricultores espaços de formação e intercâmbio, valorizando assim os saberes populares.

A rede busca em suas ações aproximar os agricultores facilitando a formações de redes de trocas e espaços cooperativos, construindo políticas públicas a partir das demandas destes.

Dois pontos das missões se destacam enquanto rede de agroecologia:

- Lutar pela segurança e soberania alimentar, contra os transgênicos e contra a apropriação privada da vida, das sementes e dos bens comuns;
- Ser parte nas lutas amplas de transformação social junto aos demais Movimentos Sociais, para uma sociedade justa e igualitária, ambientalmente sustentável e economicamente viável para todos. (REDE ECOVIDA Disponível em: <http://www.ecovida.org.br>)

Ainda como missão a Rede deve se manter com deliberações e construções horizontais respeitando a realidade dos agricultores que a formam.

A Rede Ecovida de Agroecologia consegue compreender que a agroecologia não se resume a um espaço de produção de alimento ecológico, sua atuação se concretiza estando sensível que as relações humanas, ambientais e sociais são mais importantes que relações econômicas.

Isso ocorre na compreensão que um alimento saudável propicia o bem para uma terceira pessoa, e que as lutas sociais vão além do espaço rural, tendo como proposta outro projeto de sociedade, onde a hegemonia não seja de uma agricultura que busca seus lucros na exploração do ambiente e nas relações de trabalho.

4.2 O Surgimento do Núcleo Vale Do Rio Pardo da Rede Ecovida

O Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida de Agroecologia nasce em uma terra fértil, onde o tecido social agroecológico da região vem de uma caminhada de mais de 30 anos.

O CAPA Santa Cruz foi uma das organizações que fundou a Rede de Agroecologia ECOVIDA, no decorrer de atuação da Rede e do CAPA surge a proposta de se criar um Núcleo Regional da Rede pela área de atuação do Capa Santa Cruz, no ano de 2002. Inicialmente a criação do Núcleo tinha como propósito ser um espaço de discussão sobre a agroecologia entre agricultores.

Entre os anos de 2010 e 2011 que o Núcleo Vale do Rio Pardo encaminha sua primeira certificação orgânica, até então os agricultores do Núcleo resistiam ao

processo de certificação sendo este um processo criado pela lógica capitalista de mercado, onde quem produz de forma limpa precisa “provar” que seu alimento é orgânico, e quando as portas de mercados se fecharam a produtos que não contivesse o selo foi então que as certificações iniciaram.

O Núcleo Regional Vale do Rio Pardo é composto por família de agricultores agroecológicos, em torno de 40 famílias, destas 30 estão certificadas e as demais em processo de certificação. Há, junto às unidades de produção agrícolas certificadas, algumas agroindústrias familiares também certificadas e organizações de apoio como CAPA e o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Desde de sua criação e até os dias atuais o Núcleo caminha em conjunto com as ações do Capa Santa Cruz. Nesta compreensão é indispensável discorrer sobre o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA, pois estes se fundem enquanto ação de promoção e fortalecimento da agroecologia na região.

A partir da construção que o CAPA faz podemos então compreender o Núcleo, suas ações e os agricultores que o formam.

4.2.1 Contribuição do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA é uma organização não governamental criada em 1978 pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Com o CAPA, a IECLB firmou um gesto concreto de contribuição por justiça social no Brasil. Existem cinco núcleos do CAPA, sendo três no Rio Grande do Sul: Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erechim; e dois no Paraná Verê e Marechal Candido Rondon.

Segundo o entrevistado Agrônomo do CAPA, este teve na início na região em Arroio do Tigre junto ao Centro Agrícola da Comunidade Evangélica do município. Em outubro de 1987 o Núcleo de Santa Cruz do Sul começa a ser estruturado com a contratação de uma equipe constituída por um agrônomo, um técnico Agrícola e uma agente de saúde. A mudança de Arroio do Tigre para onde está atualmente ocorreu para facilitar o acesso geográfico para técnicos e agricultores.

O CAPA Santa Cruz do Sul sempre travou ações de lutas contra opressões que ocorriam e ocorrem na região, contando com o apoio da Pastoral Rural Luterana para as reflexões e orientações em busca de justiça social e ambiental assessorou e apoiou a Comissão de Lutas contra a Barragem de Dona Francisca (1987-1992) na busca de indenizações mais justas para os atingidos pela barragem.

Outra ação desenvolvida em Dona Francisca foi o apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais na estruturação de um programa troca de sementes de milhos crioulos e varietais junto fazia-se promoção, fomento e formação em apicultura e todo o trabalho de promoção e prevenção da saúde através das plantas medicinais e da farmácia caseira.

Na formação do tecido social da região o CAPA contribuiu com a criação e estruturação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibarama, tal contribuição se deu através do “Projeto Lideranças Comunitárias” que organizou grupos em todas as comunidades de Ibarama onde foram desenvolvidas ações de extensão rural com temas sobre lavouras coletivas de milho para a produção de sementes para o programa troca-troca do STR, realizado o Ensaio Nacional do Milho Crioulo da Rede AS-PTA da qual o Capa já fez parte.

Além dessas ações foi desenvolvido trabalho para a promoção da saúde através das plantas medicinais e da Farmácia Caseira, e promoção, fomento e formação em apicultura.

Em Santa Cruz do Sul o CAPA assessorava a União Serrana de Produtores Rurais, uma associação de horticultores que chegou a 32 famílias associadas e produzia hortifrutigranjeiros orgânicos, para abastecer 13 creches do município.

A União Serrana de Produtores encerra suas atividades em 1992 dando origem a União Serrana de Apicultores (UNISERAPI), ao Grupo da Unidade de beneficiamento de Erva-Mate e a Casa da Saúde que cria a Unidade de beneficiamento de Panifícios.

Na busca de consolidar a agroecologia enquanto espaço no mercado local, em 1997 o CAPA abre sua sede em Santa Cruz do Sul para dar início a Feira Ecológica com 32 famílias organizadas em quatro grupos dos municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Vale do Sol.

Ainda nas ações de organização de agricultores na busca da comercialização, em agosto de 2000 foi fundada a Ecovale, Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas que conta com 59 associados entre Homens, Mulheres e Jovens. Sua base territorial legal inclui o Vale do Rio Pardo, Taquari e Jacuí. Área de atuação do CAPA e atualmente do Núcleo Vale do Rio Pardo.

Além desta feira e da Cooperativa Ecovale agricultores assessorados pelo CAPA realizam feiras com produtos ecológicos em seus municípios. A saber:

Cachoeira do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Santa Maria e uma segunda feira⁴ em Santa Cruz do Sul.

Além das ações citadas o Capa acompanha diversos grupos de agricultores ecológicos e busca contribuir para que estes façam a transição da agricultura convencional para a ecológica. O Capa Santa Cruz do Sul possui uma extensão no Vale do Taquari que conta com um agrônomo e uma agente de saúde, estes desenvolvem trabalho de Saúde Comunitária com 20 grupos que abrigam 360 mulheres. Com a demanda de alimento orgânico e a legislação nacional colocando os marcos que define o que é esse alimento, e a necessidade de certificar o agricultor os CAPAs contribuem para a construção da Rede Ecovida de Agroecologia.

Em 2002 o CAPA Santa Cruz do Sul cria o Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida, este compõem um dos 30 Núcleos da Rede Ecovida de Certificação Participativa. A criação do Núcleo ocorre na busca da relação com agricultores e entidades agroecológicas de outros locais, bem como a Certificação Participativa que se torna necessária para a comercialização dos produtos como orgânicos. Nesses 15 anos o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA e o Núcleo Vale do Rio Pardo se fundem em ações que já vinham sendo realizadas, somando a parcerias que a Rede Ecovida de Agroecologia proporciona.

4.2.2 Caracterização do Núcleo Vale do Rio Pardo

Dentro dos onze municípios do Núcleo Regional Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida de Agroecologia – NRVRP, a saber: Itaara, Dona Francisca, Cachoeira do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Sinimbu, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Venâncio Aires e Arroio do Meio, encontramos diferentes paisagens, este está inserido em uma região de transição, sendo que temos regiões com incidência de mata nativa com característica da Mata Atlântica e terrenos com fortes inclinações que é a ligação do planalto com a planície. Na região ao sul do Núcleo o Bioma Pampa aparece com suas características de relevo, solo e sua vegetação de baixo porte.

⁴ Esta Feira é realizada por jovens rurais estudantes e egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC. Conhecida como Feira Jovem ela é realizada aos sábados em um bairro afastado do centro do município.



Figura 6: Plenária Núcleo Regional Vale do Rio Pardo em 12 de abril de 2017

Fonte: Núcleo Regional Vale do Rio Pardo

Nos últimos anos para reunir e contribuir na formação dos agricultores que compõem o Núcleo, anualmente é realizado um Seminário, este em cada edição traz um tema diferente, de interesse dos agricultores, para ser debatido.

O Núcleo segue os princípios e definições da Rede Ecovida, mas tem autonomia em sua administração interna, bem como gere questões a cerca de sua realidade financeira.

4.3 A relação do Núcleo Vale do Rio Pardo e os Territórios Rurais Vale do Rio Pardo, Região Central e Vale do Taquari

O Núcleo Vale do Rio Pardo atualmente tem atuação em 11 municípios da região central do Rio Grande do Sul, estes municípios fazem parte dos Coredes⁵ Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Jacuí Centro e Central.

Fazendo um recorte enquanto Territórios Rurais e de Cidadania os municípios Candelária, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz ficam no Território Rural Vale do Rio Pardo que além destes possui outros 21 municípios.

O Território Rural Vale do Rio Pardo teve uma construção exógena, onde atores dos municípios não se vêem como território, pois foram colocados nesse fórum duas identidades distintas.

Juntando duas macrorregiões distintas, a região Sul do Território (referente ao Vale do Rio Pardo propriamente dito) e a região Norte (referente à região

⁵ COREDE é um Conselho Regional de Desenvolvimento que busca debater e encaminhar ações que visem o desenvolvimento de sua área de abrangência, principalmente políticas públicas estaduais.

do Alto da Serra do Botucaraí [...]), para compor um único Território. (SILVA, T. L., 2017. p. 14)

Enquanto produção, as regiões são distintas, a região Sul tem sua economia baseada na produção de tabaco dependente do sistema integrado consolidando-a como maior complexo fumageiro do país (ETGES, 2001). A região Norte tem base na monocultura da soja. Esta região tem presença da agricultura familiar, mas não com a intensidade da região Sul do território.

Um Território que não foi construído por quem o compõem suas primeiras ações é a tentativa de se encontrar os aproximam, os primeiros três anos (2013-2016) os principais debates se deram na possibilidade de se encontrar enquanto território.

Segundo o entrevistado do Território Vale do Rio Pardo, que durante dois anos coordenou o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), como não havia homogeneidade no Território as demandas eram distintas e individuais (municipais) e não uma construção enquanto desenvolvimento territorial.

Dentro desse contexto e com ínfima representação o território Vale do Rio Pardo não realizou ações no fortalecimento da agroecologia da Região. É importante ressaltar que mesmo com a sede do Núcleo e do CAPA em Santa Cruz do Sul, um dos principais municípios do Território não há representação destes no colegiado territorial.

No Território da Cidadania Região Central que é composto por 34 municípios e destes Cachoeira do Sul, Dona Francisca e Itaara fazem parte do Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida. Segundo dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Região Central tem uma mudança significativa em sua constituição socioeconômica com a chegada dos imigrantes europeus, que “no fim do século XIX [...] com a chegada da imigração européia, que teve o seu início em Silveira Martins, com uma economia incipiente na produção e comercialização de bens e serviços, diversificada e voltada para auto-subsistência” (PTDRS Território Região Central).

Seguindo a urbanização do país, onde a população que era predominantemente rural segue para centros urbanos e segundo o PTDR esses aglomerados “fortalecem na região, criando e expandindo atividades de comércio e serviços mais diversificadas e complexas sem muito destaque para o setor secundário”.

A partir do final do século XX a economia se baseia em monoculturas, sendo o arroz irrigado e a soja as principais. Os monocultivos junto a modernização agrícola aumentou a produtividade, mas trouxe como efeito colateral o desemprego no meio rural o que acarretou no inchaço dos centros urbanos do território ou de outros. Segundo os dados do Caderno Territorial, em 2015 o Território Central/RS contava com uma população de 647.769 habitantes, sendo 125.946 (19,44%) da zona rural e 521.823 (80,56%) da zona urbana.

Para compreender o funcionamento do território, bem como as políticas públicas que este realizou acerca da agroecologia realizou-se entrevista com um representante dos agricultores que ocupa vaga da sociedade civil destinada a FETAG-RS no território.

O entrevistado do Território Região Central é membro como coordenador do Núcleo dirigente do Território Central, segundo este o território não realiza ações para fortalecimento da Agroecologia. A partir da compreensão do entrevistado estas políticas não são realizadas por dois motivos principais, primeiro não há participação de organizações que representem especificamente os agricultores agroecológicos, o que faz com que as demandas desses não cheguem para os debates.

O segundo motivo é que o colegiado territorial no período da entrevista não se reúne a cerca de três anos, conseqüentemente as possíveis demandas sendo agroecológicas ou não estão distante do Território. O entrevistado ainda salienta “[...] a política de desenvolvimento territorial não existe, é uma ilusão das entidades que antigamente participavam. O Governo federal extinguiu a política dos territórios e nenhuma ação é realizada por parte do governo.”

Após a entrevista pode-se compreender que a política territorial nunca esteve próxima das ações de fomento da agroecologia no Território da Cidadania Central, e que a algum tempo não realiza nenhuma ação de desenvolvimento.

No Território Rural Vale do Taquari tem-se o município de Arroio do Meio incluído no Território da Agroecologia, este território é composto por 37 municípios. Este espaço é formado de forma maciça pela agricultura familiar, onde a média das propriedades são de 13 hectares (KOLCHINSKI, 2016).

A formação deste território buscou promover a agricultura familiar, através de políticas publicas como agroindustrialização, turismo rural e ecológico, atender mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE

Programa de Aquisição de Alimentos PAA), legalização e certificação dos produtos, fomento a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos (KOLCHINSKI, 2016).

Em entrevista com agrônomo que atua com agricultores agroecológicos na região do Vale do Taquari e que desde sua criação, em 2011, faz parte atuante no Território Rural Vale do Taquari pode-se perceber que a região do Taquari tem maciça presença da agricultura familiar e que produção primária baseada no sistema integrado (cooperativa ou privada) com as produções de leite, aves e suínos.

Esse contexto não proporciona espaços para a agroecologia, mas como o setor leiteiro vem enfrentando uma crise nos últimos três anos, e segundo o entrevistado perdeu cerca de 2.000 famílias produtoras nesse período estas buscam por alternativas, a agroecologia se coloca como uma opção, principalmente pelo aumento da demanda de produtos sem agrotóxicos na região.

O Território aparece como um espaço de fomento de políticas de desenvolvimento, e o incentivo a produção agroecológica perpassa por esse desenvolvimento. Segundo o entrevistado dentro do território não há unanimidade sobre a agroecologia, há representações que insistem em não incentivar a diversidade produtiva, mas sim manter o incentivo no setor integrado que existe na região.

Diferente do Território Central, o Território Vale do Taquari debate e busca construir políticas em prol da agroecologia. Essa realidade se dá a partir de que há mais representantes no colegiado que compreendam a agroecologia como fator preponderante do desenvolvimento rural.

Ao buscar-se compreender a relação dos territórios com as ações de agroecologia do Núcleo Vale do Rio Pardo percebe-se que as entidades que compõem os territórios não compreendem a produção orgânica, tampouco a agroecologia como motivadores para o desenvolvimento rural desses espaços, ao compreender que seus esforços não contemplam estes. No Território Rural Vale do Taquari, onde a atuação do Núcleo é pequena existe um pequeno movimento.

É relevante que não há uma participação específica de atores do Núcleo nos colegiados territoriais, contribuindo para que as políticas não sejam destinadas para a agroecologia. Essa informação se comprova quando questionado aos agricultores entrevistados sobre seu conhecimento dos Territórios Rurais, apenas o agricultor de Venâncio Aires conhece, ou como ele disse “*já ouvi falar*”, os demais desconhecem a existência dos Territórios Rurais.

A compreensão de território do Núcleo vai além de espaço geográfico, o Núcleo Vale do Rio Pardo tem sede em Santa Cruz do Sul e seus extremos (leste / oeste) chegam a uma distância de cerca de 230 km, esses agricultores não seguem qualquer desenho territorial já existente, o que os une é a identificação e atuação enquanto agricultores agroecológicos. Essa identidade teve início a partir da atuação do CAPA.

5 OS CONFLITOS ENTRE MODELOS PRESENTES NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES NO TERRITÓRIO

Os agricultores que compõem o Núcleo Regional Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida de Agroecologia – NRVRP nos 11 municípios onde estão inseridos criam uma grande diversidade de animais e produzem uma infinidade de produtos vegetais, grande maioria para a subsistência da família e das propriedades e o excedente para a comercialização.

A maior parte dos agricultores agroecológicos do Núcleo comercializam seus produtos em feiras de seus municípios; alguns além de feiras estão inseridos nas Políticas de Compras Institucionais (PNAE e PAA); uma pequena parte comercializa para mercados de seus municípios e região; duas famílias trabalham com turismo uma delas propicia a seus visitantes a opção idéia de “Colha e Pague” tendo a horta e o alimento colonial como atração e outra tem turismo histórico com a sede de uma fazenda de origem portuguesa com uma Tafona⁶ onde a farinha era feita por escravos. A Cooperativa ECOVALE também é um espaço de comercialização para esses agricultores.

Núcleo Regional Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida de Agroecologia – NRVRP reflete a realidade do meio rural, com a presença de poucos jovens, sendo a maioria agricultores(as) acima dos 40 anos. Nos últimos três anos essa realidade começou a mudar lentamente, é importante salientar que mesmo em número reduzido os jovens que tem voz ativa no Núcleo e junto aos demais integrantes contribuem para o avanço deste.

Em entrevista com o técnico do CAPA que acompanha as ações do Núcleo, este relata que a crescente aproximação dos jovens com empoderamento é resultado das EFAs que atuam na região. Sendo a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol – EFASOL estas contribuem para a construção de um tecido social a partir da educação contextualizada e que tem sua base na Pedagogia da Alternância⁷.

Seguindo na entrevista o técnico socializa que há a presença de mulheres agricultoras, não há a paridade, mas as que estão no Núcleo possuem voz ativa e

⁶ Local onde se produz farinha de mandioca.

⁷ Pedagogia da Alternância são os instrumentos utilizados para proporcionar que os jovens construam seus conhecimentos alternando tempo escola e tempo família. No caso citado das EFAs o estudante passa uma semana em casa e uma semana na escola.

com posicionamentos firmes contribuem de forma significativa para as ações de encaminhamentos deste.

Conforme IBGE, em 2010 havia cerca de oito milhões de jovens no meio rural, significando 27% da população rural, e apenas pouco mais de 4% dos 190.732.694 de brasileiros.

Fazendo um comparativo na primeira década do século podemos observar que no ano de 2000 eram cerca de nove milhões de jovens em uma população rural de 31.835.143 habitantes. No início do século, cerca de 28% da população rural era de jovens, demonstrando que houve redução na velocidade comparada às últimas décadas do século passado (1,31% para 0,65% por ano), o êxodo de jovens continua evacuando o campo. Acredita-se que nesta década aproximadamente 81.000 jovens deixarão anualmente o campo no Brasil. Os números demonstram ainda mais este êxodo quando comparado com a população brasileira em 2000 eram 169.872.856 habitantes, onde os jovens rurais significavam mais de 5,2% da população.

Estes números e pesquisa⁸ de Abramovay & Camarano (1999) demonstram que há uma forte redução da população no meio rural e os jovens são os mais atingidos. Esta redução acontece em todas as regiões e em todas as faixas etárias, dos dois milhões de pessoas que deixaram o campo, cerca da metade, um milhão, era de jovens rurais.

O levantamento por idade merece uma observação especial, pois retrata a realidade que conforme os dados do IBGE, já citados, infelizmente vem afetando o campo. Das 24 pessoas que constituem as famílias entrevistadas, 50% (12) tem idade acima de 50 anos e apenas 29% (07) tem idade abaixo de 30 anos, os outros 21% (05) tem idade entre 31 e 50 anos. Esses dados são alarmantes, pois comprova que há masculinização e principalmente um envelhecimento da população do campo. A realidade distante da maioria dos agricultores, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 20,3% dos brasileiros possuem menos de quatro anos de estudos completos.

A taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 10% para 9,7% entre 2008 e 2009, (...) somando 14,1 milhões de analfabetos no País em 2009 (...) As conclusões constam da Pesquisa

⁸ Como aponta em pesquisa ABRAMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo Rural, Envelhecimento, Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. Texto para discussão nº 621. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (...) O instituto também apurou que a taxa de analfabetismo funcional, que é o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudos completos, foi duas vezes superior à taxa de analfabetismo, com resultado de 20,3% em 2009. (Alessandra Saraiva, 2011)⁹

Outro dado, que pode ser considerado positivo é que cerca de 54% (13) dos entrevistados concluíram o ensino médio, destes 04 possuem superior completo.

Com esses dados pode-se compreender que nas famílias a maioria dos membros são homens e são compostas por pessoas de idade já avançada e a escolarização está acima da média dos agricultores.

Em relação às Unidades de Produção Agrícola, o primeiro questionamento foi acerca do tamanho das propriedades, a menor possui 10 hectares e a maior possui 58 hectares, quando feito a média entre as cinco encontra-se 29,5 hectares.

Todas as UPA's possuem certificado de produção orgânica, sendo que três delas possuem somente manejo agroecológico, e duas possuem produção orgânica de alguns alimentos e outros cultivos de forma convencional¹⁰.

A cerca da certificação orgânica os agricultores compreendem como desnecessária, todos acreditam que o alimento produzido com agrotóxicos deveria ter aviso em seu rótulo, naturalmente tal proposta gera conflito de interesses com o modelo de agricultura convencional, onde os consumidores ao verem a “caveira” e a tarja “produzido com utilização de agrotóxicos” buscariam por alternativas.

Como é a agricultura agroecologia e a orgânica que precisa certificar que seu alimento realmente não é à base de produtos químicos os agricultores entrevistados tem certificação por exigência do mercado, seja varejista ou do mercado institucional. É importante salientar que nenhuma das famílias entrevistadas mudou para o manejo orgânico para a certificação, mas sim certificou o que já fazia. Assim estes não vêem importância no certificado a não ser pela demanda do mercado.

Os agricultores entrevistados se compreendem enquanto agroecológicos e segundo estes a agroecologia é a relação que ocorre no meio que vivem, para a agroecologia acontecer é necessário que realizem um interagir respeitoso e solidário com a natureza. Um deles descreve como *“É uma relação muito maior que a própria*

⁹ IBGE: Brasil ainda tem 14,1 milhões de analfabetos. 08 de setembro de 2010. Alessandra Saraiva. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

¹⁰ Todas as três seguem as regras da certificação, onde as produções orgânicas e convencionais são separadas, bem como as ferramentas nelas utilizadas.

estrutura social que envolve o meio ambiente, as relações sociais as relações com os animais, com a natureza, onde que engloba de tudo um pouco". (Agricultor de Dona Francisca). Essa colocação lembra Monica Molina (2006), que se refere ao campo como um espaço que vai além da produção "*campo é um espaço de produção e reprodução da vida, de trabalho, de novas relações com a natureza, da produção de cultura*".

A consciência da agroecologia se dá após anos de prática, pois a maior parte destes já estão a mais de 20 anos com suas atividades, e os que estão a menos tempo um é jovem está assumindo a atividade agrícola a pouco tempo e o outro adquiriu a propriedade a poucos anos, ambos iniciaram sua produção seguindo os princípios da agroecologia. Cada família de agricultores teve motivos diferentes para ingressar na agroecologia, mas a relação que há entre eles é que o modelo em que estavam não era sustentável, pois alguns vinham com problemas financeiros para a manutenção de uma atividade que torna o agricultor dependente de grande variedade de insumos externos. Dois agricultores atribuem à formação que passaram onde perceberam que a agroecologia podia contribuir com renda, mas principalmente com uma produção de alimentos saudáveis e limpos.

A produção agroecológica tem base em práticas sustentáveis que evitam a degradação do meio, e busca reproduzir as interações que o ambiente realiza em seu estado natural. Os agricultores pesquisados realizam das mais diversas, todos buscam pela interação dos animais com a produção vegetal, "*[...] com a relação de animais, solo, plantas e com o ambiente*." (Agricultor de Dona Francisca). Além de caldas, compostos orgânicos, cobertura vegetal de solo, rotação de culturas, homeopatia, uso de sementes crioulas da própria produção. Um dos agricultores entrevistado tem a biodinâmica como referencia de suas práticas.

Se o objetivo [...] é tornar visíveis as práticas das diferenças culturais e ecológicas que poderiam servir de base para alternativas, faz-se necessário reconhecer que esses objetivos estão indissolavelmente vinculados a concepções de localidade, de lugar, e de uma consciência baseada no lugar. O lugar – como a cultura local – pode ser considerado "o outro" da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria apresentar uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade. (ESCOBAR, 2005, p.150 : in: FLEURY, ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014).

Na perspectiva, Escobar (2005) traz a ideia de valorizar as práticas que contribuam para o meio onde vivemos, valorizando não apenas a ação em si, mas a

cultura local que em sua construção histórica fez com que esses agricultores valorizassem esse modelo de produção, alternativo ao convencional.

Quando colocamos sobre práticas agrícolas, os conflitos que os agricultores vivenciam em seu cotidiano estão presentes na academia, local por onde passam os técnicos que reproduzem um dos modelos no contato com os agricultores. A academia vive essa ambiguidade no seu cotidiano, onde cada professor defende uma forma de agricultura. Da mesma forma que reflete os conflitos a hegemonia do modelo de agricultura convencional é presente na academia.

As práticas realizadas por estes são vulneráveis, pois são cerceadas por inúmeros contaminantes. Quando questionados se suas práticas são prejudicadas por ações de vizinhos, um agricultor disse que não e os demais disseram que sim, estes afirmam que os resíduos de agrotóxicos é sempre um problema, todos buscam criar formas para minimizar, mas o ato de espalhar agrotóxico no ar, água e terra coloca em risco a produção de um alimento limpo.

É importante compreender que essa situação ocorre no momento em que os dois agricultores estão em lados antagônicos, não cabe aqui debater em que momento se depararam contrários, mas o agricultor que utiliza de produtos que podem prejudicar a produção do vizinho faz sua produção para abastecer o mercado urbano-industrial-capitalista.

Enfocam-se os conflitos entre grupos hegemônicos da sociedade urbano-industrial-capitalista e os grupos chamados tradicionais, que não são ou apenas parcialmente encontram-se inseridos nesse modelo de sociedade. Para os últimos, a comunidade e o território, com suas características físicas, representam uma unidade que garante a produção e a reprodução dos seus modos de vida – entendidos em suas facetas econômicas, sociais e culturais – algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde se vive. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010 p. 23)

A agricultura convencional hegemônica descaracteriza as relações do agricultor com o meio, o torna refém de um modelo produtivo agroexportador, essas visões diferentes podem gerar conflitos. A contaminação é um sinal de que há modelos diferentes em um mesmo espaço territorial.

O cuidado para evitar contaminação é realizado com barreiras para reduzir o vento, bem como cuidado com água de rios e córregos, além da água que escorre pela superfície do solo em dias de chuva. Esses contaminantes são oriundos de outras propriedades, que segundo a pesquisa são propriedades de agricultura familiar, em apenas um entrevistado há a presença de agricultura patronal junto a familiar.

Quando se entra no tema da comunidade questiona-se se há resistência acerca da produção agroecológica junto aos demais agricultores que vivem no mesmo espaço. Os agricultores de forma unânime disseram que no início houve resistência por parte de outros agricultores, um entrevistado socializou que o grupo a qual faz parte é menosprezado por outros agricultores familiares, em suas palavras ele diz que “[...] *é visto com deboche que é coisa de bagunça, vagabundo*” (Agricultor de Venâncio Aires).

Os agricultores confirmam que com o passar do tempo, onde a prática agroecológica comprova sua eficiência as resistências reduzem, mas isso ocorre lentamente. Segundo o entrevistado de Dona Francisca a agroecologia traz um isolamento social “[...] *pelo próprio isolamento que se cria dentro da estrutura social e a dificuldade de construir relações e de fazer parcerias dentro da estrutura comunitária, isso por realizar um processo diferente do que os outros fazem.*” (Agricultor de Dona Francisca).

Em resumo, entendemos que a luta de grupos não inseridos, ou apenas parcialmente inseridos, no sistema urbano-industrial-capitalista contra a desterritorialização está freqüentemente vinculada com o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010 p. 26)

Esse isolamento se dá no momento em que os agricultores agroecológicos fazem um contraponto ao modelo de agricultura convencional realizada pelos demais agricultores, e em uma lógica de proteção acabam colocando a produção agroecológica como “*coisa de louco, de vagabundo*” (Agricultor de Venâncio Aires). Outros ainda conseguem ver que é possível a transição, mas possuem dificuldade em dar o primeiro passo em direção a agroecologia “*Muitos acham possíveis, esses são os que de fato não foram totalmente dominados pela revolução verde, já outros acham difíceis, principalmente por estarem acostumados com determinados pacotes tecnológicos.*” (Agricultor de Rio Pardo).

Além dos agricultores que se avizinham, em espaços como feiras, onde agricultores dos convencionais e agroecológicos dividem espaços é comum todos os produtos se tornarem sem veneno, pois em uma lógica de disputa de mercado quem produz de forma convencional não quer ver seu produto tachado como de menor qualidade, e o torna “semi orgânico” para atrair os consumidores. A possibilidade que se vislumbra é fortalecer feiras de agricultores orgânicos e agroecológicos, separando no tempo ou espaço os alimentos produzidos pelos diferentes modelos.

Essas dificuldades os agricultores enfrentam em seu cotidiano, lentamente buscam manter relações mesmo sendo diferentes em uma sociedade cada vez mais homogênea.

Seguindo as entrevistas questionou-se sobre o Núcleo Vale do Rio Pardo, os agricultores se aproximam do Núcleo para buscar a certificação orgânica de sua produção, e principalmente na intenção de encontrar relações com outros agricultores agroecológicos.

Os entrevistados participam de grupos de agricultores, visitas de certificação participativa, plenárias e seminários compreendendo de que estão contribuindo para o fortalecimento e crescimento da oferta de um alimento limpo em consonância com o ambiente. Compreendem que a expansão se dará por dois motivos: a) o aumento da demanda, onde com a crescente ligação de doenças associadas ao uso de agroquímicos¹¹ haverá conscientização por parte dos consumidores e consequente maior na procura por alimentos limpos. b) Conscientização por parte dos agricultores, os agricultores agroecológicos e entidades ligadas a estes estão “contaminando” outros de que o modelo de agricultura convencional não se sustenta, em nenhuma forma seja ambiental, social ou econômica. Pois quanto mais se demanda dos recursos naturais, mais precisa de insumos externo, tornando a agricultura convencional com um alto custo.

Diante deste contexto e na busca do fortalecimento do Núcleo, este precisa propiciar que os agricultores que o formam se tornem cada vez mais protagonistas de suas ações; deve se aproximar das experiências que contribuem na conscientização dos agricultores e consumidores, bem como de espaços de formação em agroecologia como as EFAS. O entrevistado de Cachoeira do Sul salientou a necessidade de fomentar a assistência técnica em especial para incentivar a criação de agroindústrias, associações e cooperativas para valorizar economicamente os produtos.

Quanto às organizações que os agricultores fazem parte e qual o espaço para a agroecologia que esta tem, os entrevistados responderam que os Grupos de agricultores agroecológicos, a Cooperativa ECOVALE e um Sindicato de Trabalhadores Rurais trabalha em atividades que fomentam a agroecologia. Outras

¹¹ Efeitos do uso de veneno: Disponível em: [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento do inca sobre os agrotoxicos_06 abr 15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf)> acesso em: 19 Nov 17.

entidades como cooperativas de comercialização da produção, demais Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de máquinas não há espaço para a agroecologia.

Não há como desconsiderar o papel do Estado nesse contexto, quais as ações, políticas públicas, de incentivo a agroecologia que possam minimizar os conflitos existentes entre os agricultores. Estes não vêem no Estado ações que possam contribuir para a valorização e manutenção do modelo agroecológico, pelo contrário ZHOURI, LASCHEFSKI (2010, p. 24) diz “[...]que o Estado muitas vezes se alia aos segmentos do capital contra as territorialidades dos outros grupos existentes no interior da nação, tais como os povos indígenas, os quilombolas e outros.”

Essa realidade aparece nas entrevistas quando apenas um agricultor utilizou de políticas públicas que incentiva a agroecologia, no caso o PNAE que se resume a valorizar economicamente o alimento orgânico.

No espaço representativo os agricultores não vêem políticos que representem a agroecologia nos espaços públicos, apenas um agricultor citou um Deputado Federal a qual se diz representado enquanto agricultor agroecológico.

Percebe-se após as entrevistas e a leitura das bibliografias citadas que os conflitos que permeiam o campo não tem no agricultor sua origem, os agricultores por algum motivo, que pode ser pela oportunidade ou por falta da mesma ou ainda pela reprodução da prática de seus antepassados, se posicionam junto de modelo de agricultura, e em um processo de sobrevivência o vivem de forma plena e defendem este na lógica de mantê-lo. Os agricultores de ambos os modelos de agricultura percebem o outro e suas relações antagônicas o que torna difícil a transição de um para o outro.

O modelo de agricultura agroecológica precisa contribuir para que os agricultores convencionais possam vencer suas dificuldades em realizar a transição, essa talvez não seja a tarefa mais difícil, mas sim combater a relação capitalista que há entre a produção primária e o enorme mercado fornecedor dos mais diversos insumos agrícolas.

6 ESTRATÉGIAS DE RE-ESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS NOS TERRITÓRIOS DA AGROECOLOGIA.

A agricultura agroecológica pode ser considerada a retomada de uma agricultura anterior a Revolução Verde, onde os agricultores produziam alimentos e demais matérias primas para a subsistência, comercializando o excedente, isso sem dependerem de insumos importados de fora de suas unidades de produção.

A intensificação da agricultura para exportação tornou-se imperativa para a modernização; O equipamento comprado no exterior deve ser pago. O resultado é o abandono parcial ou total da agricultura de subsistência, e assim a necessidade de pagar pelos alimentos com divisas estrangeiras (...) Uma comparação entre elementos dispares da nova ideologia urbana e da nova ideologia rural aponta uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda. (SANTOS, 2003 p. 31)

Segundo Costa (2012, p. 32), o conhecimento tradicional de técnicas e tecnologias que os agricultores possuíam antes da Revolução Verde, e que foram repassadas de gerações anteriores, passaram a serem considerados inferiores, desnecessário e praticamente esquecido frente a essa nova realidade da agricultura, que deixa a subsistência como principal foco para acompanhar o mercado, para isso acaba acompanhando as novas técnicas de produção e as necessidades que se impõem ao meio rural e a agricultura em especial.

[...] desde a década de 50, com a introdução da Revolução Verde no país, vem sendo disseminada uma compreensão do que seja desenvolvimento rural, entendido como intensificação da atividade agropecuária, utilizando insumos modernos, máquinas e agrotóxicos, visando alta produtividade e produção em larga escala, voltada basicamente para o mercado externo. (ETGES, 2001. p. 131)

Com a contribuição da revolução verde que tornou um campo apenas baseado nas relações de produção, transformou o meio rural um “utilitário” da cidade (COSTA, 2012) que tem toda suas ações voltadas para suprir as necessidades do meio urbano.

O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Conseqüentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados, no posto médico ou na escolinha pobres, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo. (ARROYO, 2007)

No sentido contrário a relação da cidade para o rural é de uma visão de ajuda de visão do campo com inferioridade, onde precisa levar a modernização, a

educação, as tecnologias. Como se o “primo” rico precisasse levar sobras para o pobre que não tem acesso a nada, desconsiderando as relações humanas que deviam ocorrer entre pessoas, indiferente de sua profissão ou local de residência.

Diante de um contexto de opressão de sua cultura produtiva, religiosa, de trabalho, bem como uma visão de inferioridade pelo meio urbano a agroecologia vem se tornando um espaço de re-existência desses agricultores.

Na agricultura agroecológica as pessoas envolvidas realizam suas práticas a partir dos conhecimentos construídos pela agricultura durante sua história. Nessa prática os agricultores realizam as técnicas que aprenderam com antepassados ou com outros agricultores.

Os agricultores agroecológicos resistem ao reconhecer os sinais do ambiente compreendem a importância de observar a lua, o sol, sinais de animais, como o sapo que canta para avisar da chuva. A resistência passa na compreensão de que se faz parte de um todo, e que as interferências geram consequências. Assim evita-se a artificialidade.

Ocorre que o discurso sobre o desenvolvimento sustentável foi apropriado, nesse contexto, em um sentido diferente daquele pretendido pela luta dos “povos da Floresta” e de seus apoiadores. Para esses últimos, os modos de vida dos grupos locais – incluindo apropriação material e simbólica da natureza – representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que, a partir desse ponto de vista, não poderia ter continuidade na trilha do desenvolvimento, tendo em vista a sua insustentabilidade. (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010 p. 13)

A resistência ocorre como parte do processo produtivo, mas vai além. Os agricultores resistem ao não ceder às relações de inferioridade entre campo e cidade, criam nos espaços que circulam, principalmente feiras, relações com outras pessoas que permitem o conhecimento de uma agricultura que traz em sua essência a reprodução da vida, que considera que não concorda em manter apenas a troca de um determinado alimento por um valor monetário, mas sim que esta pessoa que leva o alimento possa compreender que junto vai um processo de relação com a terra e o ambiente, que aquele alimento carrega além de valores nutritivo uma porção de energia boa que o agricultor propiciou a partir de sua relação com este determinado alimento.

Em um mundo cada vez mais globalizado ao mesmo tempo em que mais individual a aproximação com outros agricultores em grupo é um contraponto a agricultura convencional hegemônica, que incentiva o agricultor a “baixar a cabeça e

trabalhar”, tirar um tempo para se reunir, trocar experiência conhecer outras realidades é uma forma de se afirma enquanto concepção de agricultura.

Os agricultores se sentem bem ao sair de casa e conhecer outras experiências, não compreendem como tempo perdido. É uma forma de formação que ocorre em rede.

As Plenárias de Núcleo são exemplos de resistências, onde os agricultores se reúnem para encaminhar ações concretas, bem como criar laços de trocas que podem ser de experiências ou de sementes, o que ocorre comumente nas plenárias bem como nas visitas de avaliação da conformidade orgânica.

Como consequência da união dos agricultores, são criadas ou fortalecidas entidades que lutam por uma produção de um alimento limpo na mesa de quem o consome e também uma vida saudável para os agricultores, que estes não precisem estar expostos a produtos que prejudiquem sua saúde.

No Vale do Rio Pardo a aproximação junto às EFAs é um exemplo concreto, estas escolas contribuem para a formação de jovens, possibilitando que estes compreendam onde estão inseridos, criem laços e conseqüentemente valorizem o campo, buscando por realizar uma agricultura sustentável e mantendo a relação com o meio que o cerca em suas unidades de produção. As EFAs estão construindo de forma sólida um tecido social que já está sendo o tecido social para a agroecologia na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da agricultura não deve ocorrer na compreensão do meio rural como algo isolado de um todo, o cenário atual do campo é consequência de históricas ações do Estado e de interesses mercantis, que levou e leva agricultores a se afastarem de sua essência e da conexão com a terra, isso ocasionou situações que induzem a conflitos com aqueles agricultores que resistem ao modelo convencional.

Ao longo do trabalho os objetivos deste foram atingidos, como compreender os conflitos e as estratégias de resistência dos agricultores agroecológicos no território de abrangência da pesquisa, à identidade dos sujeitos se faz ponto de divergência tendo como consequência conflitos sociais e como a pesquisa se dá na agricultura evidencia também conflitos ambientais.

Sendo o público de amostra ligado a uma rede de agroecologia, onde os quais trazem esta como uma forma de fortalecimento, aponta uma das formas de resistência destes. Manifestando também a importância do Núcleo Vale do Rio da Rede Ecovida e do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia que fomentam o movimento de agroecologia na região. E como as relações entre articuladores deste movimento de agroecologia em espaços de construção de políticas públicas como os Territórios Rurais e da Cidadania ainda esta distante.

Com a pesquisa fica explícito que ter como filosofia de vida a agroecologia é viver em resistência, visto que a maioria dos caminhos leva ao modelo de agricultura convencional.

Os conflitos sociais enfrentados pelos agricultores agroecologistas consequentes desta escolha e identidade com a agroecologia apontada pela pesquisa são isolamento dentro da comunidade rural, ser visto como diferente e muitas vezes taxado de louco(a). E por consequência de caminhos diferentes de formas de agriculturas o conflito ambiental ocorre é explícito, porém é percebido apenas por aqueles que tem uma relação de respeito com a terra e a biodiversidade.

A relação com a agricultura não se resume ao meio rural, enquanto sociedade é preciso valorizar o campo como espaço, cultural, espiritual, produtivo, reconhecer suas relações de trabalho e sua importância para a manutenção da sociedade humana.

E necessário se impor enquanto agricultura agroecológica para que os reconhecimentos ocorram, pois se tratarmos de segurança alimentar para a

população temos, obrigatoriamente, que passar pela produção de alimentos limpos, livres de agrotóxicos. Para isso as políticas públicas de incentivo a este modelo sustentável precisam ocorrer, e diminuir o favorecimento do grande e pesado mercado de insumos.

O modelo de agricultura agroecológica vem ganhando força nos últimos anos, e a forma de que os agricultores acharam para se fortalecer é em grupos, em redes buscando parcerias para que suas ações sejam fortalecidas e tomem maiores proporções.

A região de pesquisa tem como ponto positivo e futuro potencial de fortalecimento do modelo produtivo agroecológico as Escolas Família Agrícola, que buscam de forma conjunta com estudantes, familiares e comunidade este reconhecimento do campo e a valorização das relações destes. Podendo assim mudar o cenário do êxodo rural.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho tendo como ferramentas roteiros para entrevistas, materiais bibliográficos e documentos, com uma amostra significativa da região mapeada e dialogo constante com sujeitos protagonistas na construção deste cenário agroecológico na região de pesquisa foi adequada, conseguindo assim atingir os objetivos deste trabalho.

Desta pesquisa, são potenciais temáticas para estudo a juventude rural x agroecologia, e a relação das mulheres com a agroecologia e as mudanças do cenário produtivo para um cenário que além da produtividade reconhece as relações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo Rural, Envelhecimento, Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Texto para discussão nº 621. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. Disponível em <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf?iv=136>>. Acesso em 02 maio 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. *Cad. CEDES*. v.27, n. 72, Campinas. May/Aug, 2007.

BALEM, T. A e SILVEIRA, P. R. **Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública**. In: CONGRESSO IESA/SBSP, 5, Anais... Florianópolis, 2002. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>>. Acesso em 16 04 2017.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

BONNAL, P.; DELGADO, N.; CAZELLA, A. A. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: SILVA, Taciane Lais. **“Brigas de Beleza”: A Construção de Consensos no Fórum de Comunidades de Política Pública do Território Rural Vale do Rio Pardo – RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017.

CANUTO, João Carlos. **Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/9351/pdf>> Acesso em: 17 set 17.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Alguns Conceitos e Princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF, 2009.

COSTA, João Paulo Reis Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - **EFASC : uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da pedagogia da alternância** / João Paulo Reis Costa. – 2012.

DIAS, Daniel. **Agricultura Orgânica no Brasil cresce 30% ao ano e movimentou R\$ 2,5 bilhões. Vejam as oportunidades.** Disponível em: <<http://blogs.canalrural.com.br/danieldias/2016/06/10/agricultura-organica-no-brasil-esta-crescendo-30-ao-ano-e-movimentando-r25-bilhoes-vejam-as-oportunidades/>> Acesso em: 17 set 17.

ETGES, Virginia Elisabeta. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo.** In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **O Espaço Rural no Contexto da Acumulação Flexível.** IN: ETGES, Virgínia Elisabeta (org). Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 131.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** In: MOLINA, Mônica. Educação do Campo e Pesquisa: questões para a reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 28-29, 34.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. **Ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva.** Dossiê Sociologias. Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 34-82.

Governo do Brasil: Agricultura orgânica deve movimentar R\$ 2,5 bi em 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/agricultura-organica-deve-movimentar-r-2-5-bi-em-2016>>. Acesso em: 17 set 17

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GLOBO RURAL. **Orgânicos: modismo ou fato?** Disponível em <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/01/organicos-modismo-ou-fato.html>>. Acesso em 17 Set 17.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Efeitos do uso de veneno:** Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf> acesso em: 19 Nov 17.

KOLCHINSKI, E. M. ; ZANETTI, Cândida ; OLIVEIRA, L. M. ; GALLOON, L. A. ; CEMIN, P. ; BIONDO, E. ; SANTANNA, V. . **Território Rural do Vale do Taquari/RS: pensando novas formas de inclusão produtiva.** In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2016, Ouro Preto. 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>. Acesso: 17 set 17.

MOLINA, Mônica Castagna (org). Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Rede Ecovida de Agroecologia. Disponível em: <<http://ecovida.org.br>> Acesso em: 22 out 17

SANTOS, Leonardo Bis dos. **O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 2, p. 541-553. 2014.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto. **Formação e Consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a Sua experiência de Certificação Participativa.** 2001.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 31.

SILVA, Taciane Lais. **“Brigas de Beleza”: A Construção de Consensos no Fórum de Comunidades de Política Pública do Território Rural Vale do Rio Pardo – RS** . Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017.

VARGAS, Gloria Maria. **Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. 2007. Disponível em**<https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/1242699/mod_resource/content/2/Conflitos%20Sociais%20e%20Socioambientais.pdf>. Acesso em 17 set 2017.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. **Aprendizagens na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz Sul.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2013.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais** – Belo Horizonte : UFMG, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Município:

2. Membros residentes na UPA: () F () M
3. Idade: () Até 10 () de 11 a 16 () de 17 a 30 () de 31 a 50 () mais de 50.
4. Membros que trabalham na UPA: () F () M
5. Escolaridade: () Analfabeto () Fund. Inc. () Fund. Compl. () Médio Inc. () Médio Compl. () Superior Inc. () Superior Compl.
6. Unidade de Produção Agrícola (ha): _____
7. A UPA tem certificação orgânica: () Sim () Não
Por quê?
8. O que é agroecologia para senhor(a)?
9. Ano que iniciaram com a agroecologia, _____
10. Conte como foi o início do trabalho com agroecologia.
11. Quais as práticas agroecológicas que A família realiza?
12. As práticas são prejudicadas por alguma ação dos vizinhos?
13. Que tipo de agricultura cerca a UPA? () Agr. Familiar () Agr. Patronal () Agr. Empresarial.
14. Como é a experiência produzir de forma agroecológica nesta região? Há resistências?
15. Em caso afirmativo que tipo de situações ocorrem?
16. Em sua opinião, o que comunidade acha da produção ecológica?
17. Em sua opinião, a produção agroecológica tende a expandir? Caso negativo, quais os motivos para esse impedimento?
18. O que seria necessário fazer para lidar com esta situação? O que caberia ao Núcleo VRP da Rede Ecovida fazer?
19. Como, quando e por que a família se somou ao Núcleo VRP da Rede Ecovida?
20. Como funciona a Núcleo VRP da Rede Ecovida?
21. A família conhece todos os agricultores do Núcleo VRP da Rede Ecovida?
22. A família participa das reuniões?
23. O Núcleo VRP da Rede Ecovida promove interação entre os agricultores?
24. A família acha que o Núcleo VRP da Rede Ecovida está fortalecido?
25. O que seria necessário para fortalecer o Núcleo VRP da Rede Ecovida?

26. A família conhece os Territórios Rurais ou da Cidadania?
27. A família acredita que os Territórios Rurais poderiam contribuir no fortalecimento da agroecologia?
28. A família acessa políticas públicas que promovam a agroecologia?
29. Fazem parte de alguma organização (Grupo, Associação, Cooperativa, Sindicato) e qual espaço a agroecologia tem dentro destas?
30. A família reconhece alguém que represente a agroecologia nas esferas Municipal, Estadual e Federal?

Data da Entrevista: ____/____/____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA TERRITÓRIOS

Roteiro para Entrevista

Data da Entrevista: ___/___/___

Local da entrevista:

1. Nome:
2. Município: Território Rural:
3. Organização que faz parte:
4. Função que exerce nesta:
5. Tempo de atuação do entrevistado na organização:
6. Histórico da organização dentro do território:
7. Histórico do território na agroecologia:
8. Quais as principais ações necessárias para promover a agroecologia no território? Por que?
9. Há demanda de políticas para a agroecologia no território:
10. O Território promove ações para fortalecer a agroecologia. Quais?
11. Há conflitos e estratégias para fortalecer a produção de forma agroecológica dentro do território:
12. Há resistência no território para estas ações:

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CAPA

Roteiro para Entrevista

Data da Entrevista: ___/___/_____

Local da entrevista:

1. Nome:
2. Município:
3. Função que exerce:
4. Em que momento surge à idéia do Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida?
5. Qual o papel do CAPA junto ao Núcleo do seu surgimento até os dias atuais?
6. Como o Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede Ecovida é Composto?
7. Vê o CAPA e o Núcleo fortalecidos?
8. Quais os conflitos que os agricultores vivenciam:

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**Agroecologia um Movimento de Resistência pela Vida**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “Agroecologia um Movimento de Resistência pela Vida” – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “Compreender os conflitos e as estratégias de resistência dos agricultores agroecológicos nos territórios da agroecologia no Vale do Rio Pardo.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Rosana Rocha da Silva” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

, ____/____/2017